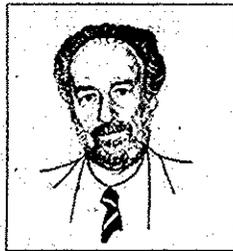


WASHINGTON NOVAES

Dúvidas no esgoto e no lixo

Anuncia o Executivo federal que está retirando da pauta do Congresso Nacional o projeto de Política Nacional de Resíduos Sólidos, porque, após "discussões com a sociedade" e após a Conferência Nacional de Cidades, prevista para outubro, pretende apresentar "um projeto que unifi-



O Brasil só não enfrenta situações mais dramáticas graças aos catadores

que todas as políticas de saneamento ambiental" (Estado, 27/3). As regulamentações em cada área, posteriores, é que serão separadas.

Podê ser lógico e até louvável o caminho. Mas é muito arriscado. Pode até levar a um impasse geral. Basta lembrar que o projeto da área de resíduos sólidos reuniu dezenas de propostas que tramitavam no Congresso havia mais de uma década – e ainda assim, apesar de vários recuos da primeira para a segunda proposta do relator, não chegou a consenso. Já o projeto de Política Nacional de Saneamento, também em tramitação ali há anos, não consegue avançar.

No caso do saneamento, não se consegue resolver a disputa entre municípios e empresas estaduais de saneamento sobre a titularidade da concessão. De olho na receita de possíveis futuras privatizações, os municípios não abrem mão dessa titularidade. Já as empresas estaduais alegam a dificuldade de seguir esse caminho, principalmente nas regiões metropolitanas, onde os serviços de vários municípios estão interligados pelas redes implantadas. Por isso, a elas caberia a titularidade nesses casos.

Não bastasse isso, não se consegue definir como se financiarão redes coletoras de esgotos nas áreas de baixa renda – e convém lembrar que mais de 60% dos domicílios com renda até dois salários mínimos delas não dispõem. Se os serviços forem privatizados, quem pagará

por elas, já que os pobres não podem pagar? E quem financiará – e como – a instalação de estações de tratamento de esgoto, já que continuamos a despejar, sem tratamento, nos rios e no mar mais de 80% dos esgotos coletados (que são pouco mais de 50% dos esgotos totais)?

Na área dos resíduos sólidos,

também são muitos os impasses. O mais difícil está na recusa do setor de embalagens (plásticos, alumínio, papelão e papel) de assumir os custos da coleta e destinação dos resíduos que produz. Com isso, os custos da coleta têm de ser repassados a toda a sociedade, e não apenas aos consumidores específicos.

Na Alemanha, por exemplo, os produtores de embalagens – já se comentou aqui – contribuem para um fundo nacional, proporcionalmente à sua produção; esse fundo custeia a coleta e destinação de todos os resíduos desse tipo, que são separados obrigatoriamente nos domicílios e estabelecimentos comerciais (que pagam pela coleta do restante, o lixo orgânico e o indiferenciado). Uma das vantagens do sistema é que em oito anos se reduziu em 15% o volume de embalagens descartadas.

Um segundo ponto crítico

está na dificuldade de definir caminhos para a redução do lixo – que deve ser o primeiro objetivo de uma política setorial consistente. Há muitos caminhos – a Dinamarca, por exemplo, proíbe a comercialização de bebidas e refrigerantes em embalagens metálicas, assim como a de leite em embalagens de plástico ou mistas (em ambos os casos, retornam-se às embalagens de vidro); vários países proíbem o fornecimento gratuito de sacos plásticos em supermercados e outros estabelecimentos. São muitos caminhos.

Um terceiro ponto é o do pagamento pela coleta. No Brasil, o Judiciário tem entendido que ela só é possível como taxa – o que significa serviço medido em cada domicílio. E por isso a quase totalidade dos municípios tem optado por embutir o pagamento pela coleta no IPTU – um sistema injusto, já que cobra proporcionalmente à área de terreno e/ou edificada, seja grande ou pequena a produção de resíduos.

Sob muitos protestos, a cidade de São Paulo está começando a cobrar proporcionalmente aos resíduos gerados em cada domicílio ou estabelecimento comercial. Na verdade, o que os contribuintes precisariam saber é se já vinham pagando – e quanto – pelo lixo, embutido no IPTU, e se essa fração está deixando de ser cobrada. Para não pagar duas vezes. Já há questionamentos na Justiça.

Fora daí, é difícil argumentar contra a cobrança

proporcional aos resíduos gerados (e com 800 mil imóveis de baixa renda isentos). Até mesmo pela destinação que o Poder Público diz que dará à arrecadação (R\$ 217 milhões este ano): implantar novos aterros, já que os atuais estão próximos do esgotamento (e, se não implantar, terá fatalmente de recorrer a aterros particulares já existentes, com quase toda a certeza implicando custos maiores) e a cidade já produz perto de 4 milhões de toneladas anuais de resíduos domésticos e do comércio.

Há um propósito declarado de conjugar os novos programas com incentivos a cooperativas de catadores. É um caminho promissor. Várias vezes já se escreveu aqui que o Brasil – principalmente o das grandes cidades – só não enfrenta situações mais dramáticas com o lixo graças ao trabalho da legião de heróis que são os catadores. Que, sem nenhuma proteção oficial, se estima que coletam hoje uns 20% do lixo urbano, mais de 20 mil toneladas/dia no País.

Vale a pena, a propósito, consultar o recém-editado livro *Empresários do Lixo* (Editora Átomo), em que o professor Márcio Magera, da Unicamp, demonstra a enorme utilidade social desse segmento de trabalhadores, cuja renda mensal não deve ultrapassar R\$ 300, na média, mas responde pela maior parte do que é reciclado no País (uns 90% das latas de alumínio, 40% do vidro, 35% do papel, 12% do plástico); e evita um imenso desperdício de materiais, energia, locais para aterros, além de reduzir a poluição dos mananciais.

É um dos caminhos que o Brasil, na crise de desemprego que enfrenta, tem desprezado como possibilidade de gerar postos de trabalho e renda. Se o Poder Público vincular os avanços na coleta, destinação e reciclagem às possibilidades que as cooperativas de catadores oferecem, certamente se terá um forte avanço. Basta querer.

